

## ARTIGO

# O DISCURSO SOBRE VIOLÊNCIA E SEGURANÇA PÚBLICA NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RIO DE JANEIRO

### JOÃO TRAJANO DE LIMA SENTO-SÉ

Doutor em ciência política pelo IUPERJ/UCAM, professor titular de Ciência Política no Instituto de Ciências Sociais da UERJ, cofundador e pesquisador do Laboratório de Análise da Violência (LAV/UERJ) e autor de vários trabalhos no campo de estudos de violência e políticas de segurança

**País:** Brasil **Estado:** Rio de Janeiro **Cidade:** Rio de Janeiro

**E-mail:** joaotrajanosentose@gmail.com **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0001-6963-806X>

### ALBERTO ROGER

Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais na Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Pesquisador associado ao Laboratório de Análise de Violência da UERJ.

**País:** Brasil **Estado:** Rio de Janeiro **Cidade:** Rio de Janeiro

**E-mail:** albertorfdasilva@gmail.com **ORCID:** <https://orcid.org/0009-0000-8752-5050>

### PAULA VIEIRA

Mestranda pelo programa de pós-graduação em Ciências Sociais na Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Bacharel em Ciências Sociais pela mesma instituição. Pesquisadora associada ao Laboratório de Análise de Violência da UERJ.

**País:** Brasil **Estado:** Rio de Janeiro **Cidade:** Rio de Janeiro

**E-mail:** cotrim.paula@posgraduacao.uerj.br **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0002-3872-1394>

**Contribuições dos(as) autores(as):** João Trajano de Lima Sento-Sé é o coordenador geral do programa de pesquisa a partir do qual o artigo foi produzido, tendo participado da análise dos dados, redação original e revisão final. Paula Vieira foi responsável pela coleta e organização do material empírico; foi corresponsável pela análise do material empírico; foi corresponsável pela redação do texto final. Alberto Roger foi responsável pela coleta e organização do material empírico; foi corresponsável pela análise do material empírico; foi corresponsável pela redação do texto final.

**Data de Recebimento:** 16/10/2023 **Data de Aprovação:** 12/06/2024

**DOI:** 10.31060/rbsp.2025.v19.n2.2079

---

## RESUMO

A partir das reações de parlamentares a episódio envolvendo o sequestro de um ônibus na Ponte Rio-Niterói que resultou na morte do sequestrador pela polícia, este artigo estabelece uma análise do discurso sobre violência e segurança pública na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro. Para realizar essa análise, selecionamos as manifestações em plenário dos deputados estaduais, as posições assumidas por eles em relação à ocorrência procurando identificar de que maneira elas expressam as disputas em torno das diretrizes a serem preferencialmente assumidas na abordagem da segurança pública no estado. Foram investigadas intervenções no próprio dia do sequestro e da operação policial, bem como nos dias subsequentes em que a postura da polícia e a reação do governador quanto a seu desfecho foram objeto

de debate. Os elementos simbólicos e discursivos então mobilizados nesses discursos evidenciam alguns dos principais componentes que fazem das políticas de segurança pública um campo de disputas em que os parlamentares distritais articulam agendas, alianças e filiações políticas com atores externos ao legislativo, dentre os quais as corporações policiais ocupam um lugar privilegiado.

**Palavras-chave:** Violência. Segurança pública. Poder legislativo. Análise do discurso

## THE DISCOURSE ON VIOLENCE AND PUBLIC SAFETY IN THE LEGISLATIVE ASSEMBLY OF RIO DE JANEIRO

### ABSTRACT

Based on the reactions of parliamentarians to an episode involving the hijacking of a bus on the Rio-Niterói bridge that resulted in the death of the hijacker by the police, this article analyzes the discourse on violence and public safety in the Legislative Assembly of Rio de Janeiro. To conduct this analysis, we selected the statements made by state representatives in plenary sessions and the positions they took in relation to the incident, seeking to identify how they express the disputes surrounding the guidelines that should preferably be adopted in addressing public security in the state. We investigated statements made on the day of the kidnapping and the police operation, as well as on the following days, when the police's stance and the governor's reaction to the outcome were debated. The symbolic and discursive elements mobilized in these discourses highlight some of the main components that make public security policies a field of dispute in which district parliamentarians articulate agendas, alliances, and political affiliations with actors outside the legislature, among which police corporations occupy a privileged place.

**Keywords:** Violence. Public safety. Legislative power. Discourse analysis.

### INTRODUÇÃO

Desde o início dos anos de 1990, quando os estudos sociológicos, entendidos em sentido amplo, começaram a lidar com questões relativas à violência e à segurança pública no Brasil, alguns personagens, quadros argumentativos e princípios normativos obtiveram proeminência e atenção privilegiada.

Entre os personagens, destacam-se os agentes do Estado, com as instituições policiais e o sistema punitivo aparecendo como objetos preferenciais de investigação e análise. Mais recentemente, grupos ilegais ou vinculados a atividades criminosas têm sido foco de investigação sistemática, com ênfase nas organizações vinculadas ao comércio de drogas ilícitas e naquelas que exercem controle territorial armado em áreas periféricas das grandes cidades.

Os quadros argumentativos têm sido criados com base num louvável investimento na produção de indicadores, no acúmulo de massa crítica sobre a efetividade das escolhas políticas definidas para lidar com a incidência criminal (com destaque para as abordagens adotadas para lidar com a criminalidade violenta) e no esforço de definição da natureza dos investimentos necessários para a promoção de padrões de sociabilidade menos vulneráveis à violência.

No plano normativo, acompanha-se as tentativas de adequar princípios básicos de orientação que articulem efetividade às políticas e compatibilidade aos preceitos legais da ordem constitucional. Os

embates nesse campo têm evidenciado as cisões profundas que atravessam a sociedade brasileira e os diferentes entendimentos sobre como lidar com problemas que evidenciam aspectos relevantes da fragilidade da democracia fundada a partir da Constituição de 1988.

À medida que cada uma dessas linhas de investigação se aprofunda, se adensa e se consagra, o escopo que as institui se expande. As páginas a seguir são o resultado parcial e incipiente da ambição de contribuir nesse processo de ampliação do campo, através do enfoque num ator pouco investigado, enquadrado num quadro argumentativo específico igualmente pouco comum. Trata-se dos parlamentares que compõem uma casa legislativa estadual, mais especificamente a Assembleia Legislativa do estado do Rio de Janeiro. Partimos da premissa de que esse segmento um tanto negligenciado tem um papel mais relevante do que se supõe no plano das escolhas e dos mecanismos de legitimação dos padrões de atuação do Estado na abordagem dos problemas relativos à violência e à segurança pública. Em nosso estudo, esse personagem tem relevo sobretudo pelos usos de um de seus principais meios de atuação: a prática discursiva.

A análise do que parlamentares de uma casa legislativa subnacional falam é o quadro em que nosso estudo se desenvolve. Entendemos que ele se justifica epistemologicamente pelo peso que atribuímos àquilo que se diz, sobretudo a partir de determinados lugares sociais em que o uso da palavra goza de proeminência, alcance e peso prático e simbólico. Gostaríamos de destacar a importância da articulação entre discurso, lugar de enunciação e contexto enunciativo, para entendermos com maior precisão alguns dos imbróglis políticos e sociológicos em que as questões da violência e da segurança pública se tornaram no Brasil.

O significado das três categorias aqui destacadas merece um rápido comentário, ainda que sejam exploradas com mais cuidado posteriormente. Entendemos discurso a partir das formulações estabelecidas tanto pela escola francesa, inspirada nas teorias de Michel Peuceux (2014), como por aquelas que encontramos nas formulações matriciais da análise crítica do discurso. São manifestações públicas proferidas por parlamentares estaduais em plenário, transcritas e registradas no *site* da Alerj, e acessíveis a quem por elas se interessar. É desse lugar, de membros da casa legislativa estadual, em pleno gozo de mandato obtido eleitoralmente, que os enunciadores que nós trazemos se posicionam em relação a uma das questões mais sensíveis da política fluminense. Não o fazem, contudo, num contexto qualquer. Assumem suas posições num momento de crise, a partir do qual buscam assumir suas posições, explicitar os traços de sua *persona* política, evidenciando identidades e diferenças com seus pares e outros atores da cena pública.

Há, portanto, a ambição de trazer maior destaque para um personagem preterido no debate e nas investigações analíticas. Há, do mesmo modo, a expectativa de fazê-lo conferindo relevância a um dado menos observado do que seria desejável: o uso da palavra. Queremos, com isso, dizer que nos interessa, a partir de um conjunto relativamente reduzido de falas, entender os léxicos mobilizados por um conjunto restrito de atores e de intervenções suas num lugar institucional claramente definido. Do mesmo modo, entendemos que incidem sobre este léxico os lugares que os enunciadores ocupam ou julgam ocupar, os interlocutores diretos ou virtuais com que interagem e as circunstâncias em que estão inseridos. Menos do que identificar frequências ou recorrências em escala, optamos por observar modulações. Para isso, escolhemos analisar as intervenções em plenário a propósito de um episódio ocorrido em agosto de 2019, quando um veículo de transporte público coletivo foi sequestrado quando atravessava a ponte Rio-Niterói, via de intenso fluxo que liga uma das maiores cidades do Rio de Janeiro à capital. Trata-se, portanto, de um estudo de caso.

Assumidamente parcial e restrito, esse exercício de análise talvez aponte para aspectos importantes das dinâmicas que compõem o quadro contemporâneo da violência no Rio de Janeiro e as abordagens oficiais para lidar com o problema. Igualmente, pode sugerir alguns caminhos analíticos promissores a serem ampliados e aperfeiçoados futuramente.

## O EPISÓDIO

Começamos com o episódio, tal como reportado pelos meios de comunicação de massa convencionais que mobilizaram não poucos recursos na cobertura do passo a passo do drama vivido.<sup>1</sup> Na manhã de 20 de agosto de 2019, um ônibus que atravessava a Ponte Rio-Niterói, com destino ao Rio de Janeiro, foi sequestrado na altura do vão central. Sem apresentar qualquer exigência específica ou qualquer pedido de resgate, o sequestrador, um jovem de vinte anos, manteve 37 reféns sob sua custódia por cerca de quatro horas. Cercado por forças da Polícia Militar, apresentando comportamento definido por uma psicóloga da corporação como o de alguém em surto psicótico, o jovem acabou sendo alvejado e morto por um atirador de elite da PM.

As cerca de quatro horas em que o sequestro se desenrolou foram intensas e detalhadamente cobertas pela mídia, com inserções de familiares de passageiros, pronunciamento de autoridades, registros televisivos em tempo real e farta cobertura do comportamento do sequestrador e das autoridades policiais envolvidas no cerco. Soube-se, ainda ao longo do episódio, que o jovem tinha problemas psiquiátricos e estava sob acompanhamento médico provido pelo sistema público de saúde. Seu desfecho, embora trágico, não chegou a surpreender. Ao contrário, remeteu imediatamente a outra tragédia ocorrida na cidade do Rio de Janeiro, no ano 2000, e transformada em parte da memória recente da violência na cidade: o conhecido caso 174 (Soares, 2006), quando, em circunstâncias semelhantes, uma jovem mantida refém foi morta, pouco antes que o mesmo destino encontrasse o sequestrador, detido e morto na caçamba de uma viatura policial. Uma passagem específica dessa nova ocorrência, contudo, conferiu contornos patéticos ao enredo e a seu desenlace.

Informado de que a operação de cerco ao veículo sequestrado se concluíra com a morte do sequestrador por um tiro desferido por um *sniper* da Polícia Militar, o governador Wilson Witzel dirigiu-se de helicóptero à cena da ocorrência. Ao descer da aeronave, Witzel celebrou o desfecho efusivamente<sup>2</sup>, correndo em direção ao local dando saltos, como se tivesse marcado um gol numa partida de futebol ou conquistado um título esportivo. A perplexidade decorrente da atitude do governador não poupou sequer os militares, saudados como vencedores de um confronto cujo desfecho, segundo palavras do mandatário, devia ser celebrado, já que nenhum trabalhador ou pessoa de bem, declarava, fora atingida.

O episódio da Ponte Rio-Niterói e a reação inusual do governador quanto ao seu resultado são expressivos da plataforma para a segurança pública do governo do Rio de Janeiro da ocasião. Esta é uma constatação evidente, dado o mote repetido à exaustão de que bandidos mereciam ser alvejados e, de preferência,

1 Informações em: *Jornal Bom Dia RJ*, emissora Globo, disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/7856196/>. Acesso em: 11 jun. 2020, às 12h. Consulte também: *Exame*, Grupo Abril, disponível em: <https://exame.com/brasil/homem-armado-faz-refens-em-onibus-na-ponte-rio-niteroi/>. Acesso em 12 jun. 2020, às 10h50.

2 Informações em: *Band News*, emissora Band, disponível na página verificada do *Youtube* da emissora em: <https://www.youtube.com/watch?v=OepJQPTk1fk>. Acesso em: 11 jun. 2020, às 12h30. Consulte também: *Jornal Bom Dia RJ*, emissora Globo. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/7856307/>. Acesso em: 11 jun. 2020, às 12h40.

na cabeça. Se o conteúdo da abordagem sobre o tema é velho conhecido da população fluminense e defendido por amplos e diferentes setores da sociedade, o tom chulo adotado ainda é capaz de surpreender, sobretudo quando se pensa no chefe do poder executivo de um dos principais estados da Federação. Também merece nota o fato de que tal estratégia foi assumida abertamente, sem qualquer pudor e, mais importante, além do tradicional apoio difuso e impreciso de uma parcela da sociedade, ganhou respaldo de grupos organizados dentro e fora das instâncias de governo, com uma organicidade jamais vista até então.<sup>3</sup>

Embora as políticas de segurança no Rio de Janeiro tenham sido marcadas por uma clara convivência do poder executivo com a violência policial e o uso excessivo da força, o período de campanha eleitoral de 2018 e os primeiros meses do governo empossado em 2019 representaram para muitos observadores uma guinada de radicalização e banalização dessa abordagem (Rodrigues; Marinho, 2022; Del Rio; Rodrigues, 2021). O discurso da guerra contra as drogas, o imperativo do enfrentamento armado nas áreas controladas por grupos criminosos e a chancela às polícias para o uso da força letal sem maiores cerimônias foram assumidos abertamente e sem meias palavras<sup>4</sup>. Pode-se dizer que o governador eleito em 2018 deve parte de seu sucesso eleitoral ao apelo a esse tipo de tratamento para a segurança pública. Ao assumir, foi consequente com seu discurso de campanha, radicalizando, na prática, o que sugerira como promessa.

Entender o ano de 2019 como marco de radicalização de uma tendência histórica no Rio de Janeiro passa, necessariamente, por uma observação dos rumos trilhados pela política nacional àquela altura. Implica também, como já tem sido feito, focar nas escolhas políticas por parte do executivo estadual, objeto privilegiado de análise no que se refere às políticas de segurança levadas a termos no estado. A proeminência conferida ao poder executivo estadual é mais do que justificável. Afinal, cabe ao governador a escolha dos titulares responsáveis pelas políticas para a área, bem como a nomeação daqueles a quem cabe liderar as corporações policiais e os demais órgãos diretamente envolvidos no campo da segurança. Do mesmo modo, é o governador que, com sua equipe, define as diretrizes a orientar a política de segurança e é ele quem responde, em última instância, pelo desempenho daqueles que atuam no setor.

A tendência a concentrar o foco no poder executivo, contudo, acaba nos levando a negligenciar ou minimizar o peso do legislativo estadual nos rumos das políticas adotadas. Há boas razões para que nossas atenções se voltem também para essa esfera do poder público. A despeito de sua relativa autonomia em definir diretrizes, lideranças e estratégias, o poder executivo estabelece interações com outras esferas do aparato político, bem como com as instituições policiais que tratam mais diretamente das questões relativas à segurança pública. Há nessas interações uma espécie de sistema em que escolhas são definidas, chanceladas, se reforçam, se chocam e/ou competem entre si. Tendências tão longevas, interrompidas apenas parcialmente e brevemente por abordagens alternativas ao uso da força e da lógica da guerra, não sobreviveriam apenas graças ao triunfo sucessivo de governadores alinhados a essa perspectiva. Mais ainda, cenários públicos que permitem que, diante de um quadro tão grave, o governador do estado tenha adotado atitude tão pueril, para dizer o mínimo, não deveriam ser explicados apenas por traços peculiares

3 Informações em: *R7*, Grupo Record, disponível em: <https://noticias.r7.com/importadas/eleicoes-2018-quem-e-wilson-witzel-o-juiz-que-venceu-a-eleicao-de-governador-do-rio-com-discurso-radical-29102018>. Acesso em: 7 jun. 2020, às 13h20. Consulte também: *BBC News Brasil*, Grupo BBC, disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-46013245>; <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45781425>. Acesso em: 7 jun. 2020, às 13h20.

4 Ver a respeito, por exemplo, em *Veja*, Grupo Abril, disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/wilson-witzel-a-policia-vai-mirar-na-cabecinha-e-fogo/>. Acesso em: 11 jun. 2020 às 13h:20; e ainda em *R7*, disponível em: <https://noticias.r7.com/rio-de-janeiro/wilson-witzel-defende-tiro-na-cabeca-de-criminosos-com-fuzil-01112018>. Acesso em: 11 jun. 2020 às 13h:20.

de uma liderança eletiva. É importante olhar mais adiante e entender os elementos que compõem esse arranjo. O legislativo estadual é, certamente, um elemento importante nessa equação.

A aposta que motiva o presente estudo é que, nas intervenções específicas em relação a esse episódio, temos um caso expressivo sobre como o poder legislativo funciona em relação às políticas adotadas no campo da segurança pública no estado. Mais do que uma esfera de crítica ou chancela às orientações governamentais, os debates e as intervenções no legislativo revelam o campo de forças que envolvem a temática, mobilizando não somente as lideranças políticas e as perspectivas que assumem, como, principalmente, os acenos às corporações e autoridades vinculadas ao sistema de segurança como um todo. As intervenções quando desse episódio indicam, igualmente, conforme pretendemos evidenciar, alguns dos elementos que compõem a lógica sob a qual atitudes como a do governador, assim como sua abordagem para o campo da segurança, são não somente naturalizadas como enquadradas como o que julgam ser o melhor momento da segurança no estado em décadas.

## O ESTUDO DO LEGISLATIVO ESTADUAL

Historicamente, o poder legislativo é um dos objetos privilegiados dos estudos sobre política. Boa parte deles, no entanto, é focada no funcionamento e desempenho das casas legislativas no âmbito nacional. Essa é uma tendência evidente tanto na literatura internacional (Shugart; Carey, 1992; Lijphart; Rogowski, 1993) quanto na extensa produção de pesquisa empírica realizada no Brasil (Limongi, 2010). No caso brasileiro, especificamente, tal tendência é compreensível, sobretudo quando pensamos que o pacto federativo resultante da Constituição de 1988 acabou por preservar um forte protagonismo da União sobre as unidades federativas na abordagem e definição de diretrizes de uma série de campos de atuação pública, deixando a estas últimas margens relativamente estreitas de manobra. É nessa perspectiva que, mesmo quando o foco dos estudos se volta para políticas específicas, são o poder executivo federal e sua relação com o poder legislativo nacional que concentram a atenção dos estudiosos. Afinal, é a União que baliza e orienta as diretrizes, dispõe de recursos e incide na definição de escolhas e prioridades. Ainda assim, alguns estudos têm apontado a relevância de se conferir maior atenção aos padrões de funcionamento dos legislativos subnacionais, com destaque para as assembleias estaduais e suas relações com os respectivos poderes executivos (Tomio; Ricci, 2012; Santos, 2001). Endossamos essa perspectiva e destacamos que uma abordagem com esse recorte é especialmente relevante no que se refere à segurança pública.

A segurança pública, segundo Arretche (2013), seria um dos poucos campos em que a prevalência da União não é observada, restando aos governadores uma razoável margem de manobra para a definição de políticas e diretrizes administrativas. Ainda que sofram também aí de limitado acesso a recursos e se vejam impelidos, para a sua ampliação, a se adequar a planos nacionais, as unidades federativas dispõem de razoável margem de autonomia para a definição de orientações, balizamentos políticos e procedimentos administrativos. São os governadores as autoridades a quem as corporações policiais se reportam e que definem as diretrizes a serem encampadas.

Por outro lado, alguns dos principais temas debatidos no campo da segurança pública nos últimos anos são inegavelmente de abrangência e alçada federal. Questões como regulamentação do acesso e porte de armas, limites da menoridade penal, mudanças nos códigos penais têm, ainda que de forma intermitente, mobilizado parlamentares, autoridades do judiciário e opinião pública. Do mesmo modo, o art. 144 da Constituição Federal, que vincula as polícias militares estaduais ao Exército nacional, tem sido apontado

como um fator importante para a reprodução de um *ethos* que, entre outras consequências, fragilizaria a autoridade civil de governadores sobre as forças que, em tese, estariam sob sua autoridade (Soares, 2019).

Diante desse quadro jurídico, podemos afirmar que o campo da segurança pública acaba se constituindo em um caso de ambiguidade normativa, na esteira da qual a autoridade civil, definida pelo pacto federalista constitucional e encarnada na figura dos governadores, é exercida sob uma espécie de tutela federal que se ancora igualmente numa previsão constitucional. Tal tutela não se manifesta diretamente na determinação de rotinas administrativas ou orientação de políticas, mas através da reprodução de um *ethos* militarizado que, por sua vez, acaba incidindo sobre modos de funcionamento e operação, além de reproduzir estruturas cognitivas corporativas sobre a natureza do trabalho a ser encampado pelas forças policiais. O resultado mais imediato dessa ambiguidade normativa é perverso de diferentes formas.

Em primeiro lugar, projeta sobre as instituições de segurança elementos que dizem respeito à lógica estritamente militar, exercendo sobre elas uma influência que se traduz na incorporação da lógica da guerra e seus derivados no exercício de suas funções. Em segundo lugar, funciona como um dique para que o primado do poder civil se institua plenamente na cadeia hierárquica que preside o funcionamento do sistema de segurança pública. Quando, por diferentes razões, as diretrizes definidas pelo poder executivo estadual coincidem com os preceitos próprios da lógica militar, temos uma espécie de hipertrofia dessa última na abordagem da segurança pública. Esse tem sido o caso de sucessivos governos do estado do Rio de Janeiro nas últimas décadas. Quando, por outro lado, são efetuadas tentativas de afastamento da lógica militar para a abordagem da segurança pública, temos explicitadas as tensões inerentes à ambiguidade normativa a que nos referimos: instituições com um *ethos* fortemente marcadas pela lógica da guerra sendo constringidas a operar segundo marcos civis.

Em qualquer um dos casos, as tensões estão postas. Elas não se evidenciam na adoção de práticas quando há convergência, exatamente porque o alinhamento entre as diretrizes civis do executivo e o *ethos* das instituições por ele comandadas mascara a irredutibilidade de base entre ambas. O tensionamento se torna mais evidente quando o marco civil se afasta da lógica militarizada e tenta prevalecer sobre ela, conferindo à abordagem da segurança pública marcos distintos daqueles que prevalecem nas Forças Armadas. Nesses casos, os conflitos se evidenciam. Historicamente, a queda de braço tem pendido para a lógica militarizada e as agências civis que se antepõem a ela têm acumulado sucessivas derrotas. Há, contudo, os casos em que a lógica subnacional, encarnada na figura do chefe do executivo estadual, converge com os preceitos da guerra e do enfrentamento armado. As tensões intrainstitucionais se arrefecem, dando lugar, contudo, para uma outra modalidade de tensionamento: aquele que se dá entre as políticas oficiais e as instâncias da sociedade mais diretamente atingidas por elas.

Como, de qualquer forma, a definição das orientações e da política cabe às instâncias decisórias das unidades federativas, é para elas que devemos voltar os olhos para entender os elementos que são acionados empiricamente e que dão forma a essas tensões. Tais elementos são acessíveis por diversos meios. Eles estão presentes nos programas de governos. Eles podem ser encontrados explicitamente ou nas entrelinhas de discursos e pronunciamentos de titulares do executivo e de seus subordinados mais diretos. Observamos neles as direções, estratégias e os princípios norteadores de planos de ação, políticas de governo e construção de alianças. É compreensível, portanto, que sejam os governos estaduais, seus movimentos e estratégias o foco principal de atenção para os estudos dedicados às políticas de segurança e enfrentamento da violência.

Mas não são apenas eles que devem ser escrutinados. Uma vez reconhecida a centralidade do poder estadual nas abordagens para os temas da violência e da segurança pública, é importante divisar o papel de outras instâncias do poder estatal nesses arranjos. Daí, a importância aqui conferida a Assembleia Legislativa. Encontramos nas intervenções parlamentares elementos preciosos sobre não somente as políticas, mas, sobretudo, as tensões e ambivalências nelas contidas. Afinal, se, a despeito da ambiguidade constitucional e sua consequente ambiguidade normativa, cabe às unidades federativas gerir o campo da segurança pública política e administrativamente, é na observação do comportamento de seus diferentes poderes, e não apenas no plano do poder executivo, que poderemos flagrar os elementos que estruturam o campo e, em seu interior, disputam a hegemonia.

Como foi dito anteriormente, os estudos voltados para o poder legislativo são predominantemente focados nas assembleias nacionais. É desejável, contudo, uma igual atenção para o papel das casas legislativas subnacionais, sobretudo em contextos federativos em assuntos em que a autoridade dessas unidades locais se faz relevante. Com o que foi exposto até aqui, consideramos deixar evidente que é esse o caso da segurança pública no Brasil sob a Carta Constitucional de 1988. No que tange aos estudos legislativos estaduais, o caso do Rio de Janeiro desperta um interesse adicional. Segundo Santos (2001), diferentemente do que ocorre em outras unidades federativas, o poder legislativo do Rio de Janeiro goza de razoável autonomia frente ao poder executivo, dispondo, desse modo, de considerável capacidade decisória e de orientação política em sua atuação. Sendo assim, ainda que a atribuição de definir estratégias e orientar ações no campo da segurança resida no poder executivo, o reconhecimento do poder legislativo e de seus titulares tende a tornar mais complexa e a adensar a compreensão das dinâmicas em curso no estado. Dito de forma direta: o legislativo faz diferença na adoção de políticas bem como na correlação de forças entre o poder executivo estadual, a administração pública e diferentes corporações abrigadas no Estado.

O estudo do comportamento do poder legislativo do estado pode nos dizer muito sobre os rumos das políticas de segurança no Rio de Janeiro. O interesse nesse campo se dá em dois níveis. Em primeiro lugar, em sua dimensão mais óbvia, é importante observar a assembleia legislativa no desempenho de suas funções de produzir projetos, regulamentações e procedimentos destinados a balizar a atuação dos órgãos estaduais de segurança; dar suporte e/ou impor resistências às escolhas e aos projetos do poder executivo; atuar, enfim, como contraface do poder do Estado em sua relação com a sociedade e dos órgãos internos ao Estado entre si.

Que tipo de ações são formuladas nesse âmbito no que concerne à segurança pública? Quais são as tendências observadas ao longo de um período legislativo quanto ao que é proposto, debatido e aprovado em relação à segurança pública? Mesmo levando-se em conta que algumas das grandes questões que têm pautado o debate na área são de âmbito nacional, existe uma agenda de “rés do chão”, que diz respeito ao modo de atuar das instituições de segurança e concerne às prioridades de abordagem, cujo rumo e definições têm participação efetiva do poder legislativo.

Uma segunda dimensão das atividades da casa legislativa fluminense diz respeito aos discursos ali encampados. Neles podemos flagrar as diferentes posições assumidas pelos parlamentares no campo da segurança pública, os elementos que constituem sua *persona* pública, os públicos para os quais se dirigem, as alianças que tecem em sua atividade parlamentar e os adversários com quem se batem. Os diferentes discursos mobilizados no plenário da Alerj oferecem também um quadro das correlações de força que se estabelecem às margens do poder público na abordagem dos temas relativos a esse campo. É exatamente

este o foco da análise que faremos a seguir. Antes de chegar a ela, contudo, é importante destacar dois ou três pontos teóricos que nos parece reforçar a importância do estudo do discurso político, de maneira geral, e sua aplicação no campo dos debates sobre segurança pública no Rio de Janeiro.

## DISCURSO POLÍTICO COMO CAMPO TEÓRICO E MÉTODO DE ANÁLISE EMPÍRICA

A análise do discurso político tem se revelado uma fonte importante de estudos sobre a política em diferentes aspectos e dimensões. As pesquisas desse campo se inscrevem numa vaga mais ampla que se institui a partir da chamada virada linguística (Orlandi, 2001; Maingueneau, 2017; Wood; Kroegerer, 2000). Na base dessa tendência, que tem início dos anos 1960 e princípios da década posterior, os fenômenos linguísticos, seus usos e práticas, são entendidos como fonte privilegiada de investigação da vida humana e das dinâmicas societárias. As ramificações e especializações daí decorrentes são inúmeras, destacando-se, dentre elas, os chamados estudos e análises do discurso (Fiorin, 1990; Taylor, 2001).

A despeito das variadas definições e apropriações de que se faz objeto desde seu surgimento, há sobre a análise do discurso alguns postulados que parecem compor um núcleo comum de entendimento sobre sua natureza e constituição. Em primeiro lugar, destaque-se a admissão de que a linguagem, tal como entendida nesse campo, não se resume apenas aos sistemas linguísticos e lexicais em seu uso escrito ou verbal. Embora aí embutidos, esses sistemas não esgotam o campo mais amplo do estudo de signos imagéticos, códigos gestuais e toda a gama de meios de expressão de que pode lançar mão o engenho humano em suas interações e atividades (Hall, 2016). A linguagem, assim, é entendida num sentido mais amplo do que aquele conferido aos estudos originais da linguística e outros campos convencionais de estudos da linguagem, ainda que o vasto legado desses campos jamais seja propriamente renegado ou tratado como matéria superada.

Quase como desdobramento desse primeiro postulado, admite-se o caráter transdisciplinar do campo, o que aproxima os estudos da linguagem a outros campos de conhecimento, como a sociologia, a filosofia, a antropologia e áreas afins. Pode-se dizer que os estudos e as análises de discurso aproximam e atravessam campos disciplinares diversos no que tange à adoção de métodos de pesquisa, de mobilização conceitual e de aporte teórico para a investigação de diferentes objetos.

Desses dois primeiros postulados deriva um terceiro, que se configura como a assunção de que a análise do discurso tem embutida em si uma constelação de áreas de estudos que ganham novas frentes de abordagem pela adoção da linguagem como objeto central de análise, modalidades de formulação de perguntas e acesso a problemas. Daí, a disponibilidade de diferentes campos temáticos entre os quais podemos situar a análise do discurso político como campo específico de investigação ou, como sugere Charaudeau (2018), o discurso político é um objeto de estudo que se encontra no centro de diferentes disciplinas.

Tomamos como dado que a análise do discurso político tal como definido pode ser uma chave interessante para tentarmos compreender alguns processos políticos, dentre os quais a persistência de certos padrões de atuação do Estado. No caso aqui tratado, nossa aposta é que a observação de determinados regimes discursivos observados na Assembleia Legislativa do estado do Rio de Janeiro nos fornece subsídios preciosos para entendermos padrões de abordagem pública para o problema da segurança no estado e, mais do que isso, chancela, reforça, legitima, estimula um *modus operandi* das instituições destinadas a

atuarem nesse campo, com destaque para as polícias estaduais. A assunção dessa aposta, julgamos, pode ter rendimento por várias razões.

Em primeiro lugar, como já assinalado, o legislativo estadual tem sido um campo relativamente negligenciado de observação sobre as escolhas de políticas de segurança para o estado. O simples movimento de voltar os olhos para essa esfera do poder público é, por si só, válido por, de certa forma, retirá-lo de um injustificável lugar de coadjuvante na concertação política estadual numa área tão sensível ao longo de décadas. Em segundo lugar, amplia o espectro de atores que, direta ou indiretamente, incidem para que escolhas sejam feitas e, no caso em questão, se repitam, a despeito dos problemas que lhes são inerentes e da relativa ineficácia de seus resultados. Finalmente, olhar não somente para o legislativo, mas para o que nele é dito por seus titulares, recoloca de forma qualificada a discussão das articulações entre o que é dito e o que se faz ou, para usar os termos convencionais de uma das questões centrais das análises do discurso político, das relações entre discurso e ação (Fairclough; Fairclough, 2012; Pêcheux, 2014; Courtine, 2006).

Como procedimento metodológico, fazemos uso de duas categorias bastante conhecidas e consagradas por diferentes escolas e correntes da análise do discurso: as noções de *corpora* e de contexto. Como assinala Maingueneau, entre outros, há uma diferença fundamental entre texto e *corpus*. Essa diferença

[...] marca a fronteira entre, de um lado, as práticas de comentários tradicionais que tentam interpretar textos legados por uma tradição e, de outro, as abordagens em termos de discurso, que se pretendem resultado das ciências humanas e sociais. Os analistas de discurso não estudam *obras*; eles constituem *corpora*, eles reúnem os materiais que julgam necessários para responder a este ou àquele questionamento explícito. (Maingueneau, 2017, p. 40).

No caso presente, nosso *corpus* é composto por um pequeno número de intervenções proferidas em plenário por um reduzido número de deputados estaduais, transcritas e disponibilizadas no site da Alerj, quando dos debates envolvendo o episódio descrito no início deste artigo. São exatamente o espaço do plenário da Assembleia Legislativa do estado e, mais restritamente, o momento imediatamente posterior ao episódio na Ponte Rio-Niterói também descrito que compõem o contexto em que as interações discursivas suscitam as intervenções aqui analisadas.

Desenvolvida e explorada de forma mais exaustiva, no campo da análise do discurso, a partir das formulações de van Dijk, a noção de contexto remete à ideia segundo a qual não somente o sentido dos discursos está condicionado a fatores como interação social, episódios comunicativos, entorno relevante, entornos situacionais, mas sua própria construção formal e sua recepção devem ser encaradas segundo esses prismas. Ou seja, é preciso olhar para além do discurso para entendermos a fala, o texto, a intervenção imagética como discursos (Van Dijk, 1977).

Não é o caso de recuperar aqui a longa e detalhada discussão sobre o conceito de contexto, sua diferença em relação à ideia de situação e sua aplicação nos diferentes campos das ciências sociais. Como é sabido, van Dijk destinou longos anos e ao menos três grades obras dedicadas ao tema (Van Dijk, 1977, 2008, 2009). Deixamos registrado apenas que foram inúmeras as suas contribuições, sobretudo no que se refere ao ambiente e às condições de seu entorno quando da enunciação de um discurso, ou de um pequeno conjunto deles, bem como as consequências esperadas por aqueles que os enunciam,

tendo em vista, inclusive, aqueles a quem se dirige. O que importa, e cabe, presentemente, é entender como as intervenções aqui exploradas estão circunscritas a um conjunto determinado de elementos em que, por um lado, determinadas estruturas e recursos discursivos são mobilizados para que posições e modalidades de organização do espectro político, no que toca à abordagem da violência e da segurança pública, sejam reiteradas e justificadas. Entendemos, simultaneamente, que alguns dos elementos enunciativos dos discursos analisados estão relacionados com mecanismos estruturais das relações de poder vigentes na sociedade fluminense, em particular, e brasileira, de forma geral. Dito de outra forma: nossa aposta analítica é que estamos lidando com atualizações de modalidades de poder que ultrapassam sua contingência e conjuntura.

A despeito dos recursos possibilitados pelos programas e softwares que agregam grande volume de materiais, optamos, aqui, por caminho mais convencional de operar com um *corpus* limitado que nos permite verticalizar a interpretação de mecanismos e estratégias discursivas mobilizadas em algumas poucas intervenções. Escolhas implicam sempre ganhos e perdas. Em nosso caso, seguimos trilha semelhante àquela explorada por representantes da chamada análise crítica do discurso, como Wodack e van Dijk. Mais especificamente, nos inspiramos em seus conhecidos estudos sobre a performance oratória de parlamentares em situação de sessão legislativa, comparada àquela desempenhada nos bastidores, no caso de Wodack (2012), e na fartamente explorada análise sobre o discurso de Tony Blair, na Câmara dos Comuns, para obter o apoio parlamentar à adesão britânica à guerra ao Iraque, realizado por van Dijk (2018). Ainda de van Dijk, também nos inspiramos no menos conhecido estudo em que ele explora o discurso racista do membro da Câmara Baixa do Parlamento Britânico, o conservador John Stokes, em 1989, ao defender mecanismos fortemente discricionários de controle de imigrantes (Van Dijk, 2002).

Contexto e estrutura, relações de poder e padrões discursivos. Buscamos nas páginas a seguir entender as formas pelas quais membros do poder legislativo fluminense abordam os temas da violência e da segurança pública em suas intervenções em plenário. Mais do que expressão de suas posições pessoais e políticas acerca dessas temáticas, os parlamentares destacados acenam para seu público e para outras instâncias de poder não somente suas opiniões, mas seu endosso a escolhas e procedimentos. Como esperamos que fique claro ao longo da exposição, a abordagem fortemente marcada pela lógica de intervenções armadas, orientada pelo uso da força por parte das polícias em praticamente qualquer tipo de intervenção, predomina e dá o tom de parcela expressiva das intervenções, tendo alguns deputados que assumem o protagonismo nesse processo.

Esses discursos são voltados, naturalmente, às bases eleitorais desses deputados, mas não somente. Eles são claramente endereçados aos profissionais de polícia e a outros atores do poder do Estado, tanto no poder executivo quanto para o sistema de justiça de maneira geral. Entendemos que são mais do que puramente retórica (a retórica nunca é puramente apenas uma única coisa), mas reiterações de programas de exercício de poder. Esses discursos trazem embutidos modelos de entendimento dos modos como funcionam e devem funcionar o corpo social, o estatuto de seus atores e o lugar estratégico ocupado por aqueles que detêm nacos do poder, entre os quais situam-se, invariavelmente, as polícias e sua “linguagem” da força.

Tratar do discurso político, como nos ensina Charaudeau (2018, p. 32): “[...] é tentar definir uma forma de organização da linguagem em seu uso e em seus efeitos psicológicos e sociais, no interior de determinado campo de práticas”. Diferentemente de outros campos de estudo da política, a análise do discurso político entende os discursos como as bases que tornam possível a emergência de uma racionalidade

política quanto à regulação dos fatos políticos já que, ainda nos termos do autor, a linguagem é o que motiva a ação, lhe orienta e lhe confere sentido (Charaudeau, 2018, p. 37, 39). Assumindo os postulados básicos estabelecidos por Charaudeau, deixamos de lado, ao menos parcialmente, a expectativa de entender o discurso político como simples espaço de acionamento de ideologias que reproduzem e perpetuam mecanismos de dominação, ainda que ele acabe atualizando-se também dessa forma. Além dessa característica, que já justificaria o interesse pelos seus acionamentos, entendemos os discursos investigados a seguir como elementos que conferem sentido e estimulam, em larga medida, os padrões que vigoram no Rio de Janeiro na abordagem da segurança pública.

Ao acompanhar as referências teóricas mobilizadas, o leitor deve identificar a combinação de diferentes correntes e perspectivas de análise do discurso político aqui mobilizadas. Entendida como corpo teórico/conceitual, campo disciplinar e recurso metodológico, a análise do discurso é encampada aqui como aliada importante no esforço de conferir inteligibilidade a eventos e padrões que frequentemente fogem ao entendimento e aviltam princípios elementares da ética e do bom senso. Para isso, levamos às últimas consequências a marca de origem desse campo: borrar fronteiras epistemológicas e mobilizar simultaneamente diferentes perspectivas teóricas, tendo em vista um empreendimento que, sendo teórico, está organicamente vinculado à ação, assim como seu próprio objeto de análise.

## OS EMBATES E OS DISCURSOS

Retomemos, então, o mote inicial de nossa discussão. O trágico episódio ocorrido na manhã de agosto de 2019 na Ponte Rio-Niterói. Ainda no dia vinte, em sessão ordinária da assembleia, durante a ordem do dia, o deputado Rodrigo Amorim toma a palavra:

Obrigado, Presidente. Primeiramente, quero saudar os Soldados de Bolsonaro, o Politicamente Incorreto, o Direita Lagos e outros movimentos que estão nesta Casa hoje. Quero aproveitar o ensejo para parabenizar o Governador Wilson Witzel, assim como a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, o Coronel Nunes, do Batalhão de Operações Especiais, e também o *sniper*, grande policial militar que cancelou o CPF daquele vagabundo. Lamento que não tenha sido na cabecinha, mas a narrativa é de que não foi ceifada a vida de um marginal, mas de que foi preservada a vida de mais de trinta inocentes. Parabéns ao que considero a melhor política de Segurança Pública da história deste Estado (Amorim, 2019)<sup>5</sup>.

Firmando posição na linha de frente de apoio ao governador, o deputado do PSL busca utilizar expressões que foram consagradas pelo chefe do executivo ainda quando em campanha. Lamenta que o tiro mortal não tenha sido “na cabecinha”, refere-se ao sequestrador como “vagabundo” e refere-se à sua morte como “cancelamento de seu CPF”, expressão utilizada por grupos paramilitares e milícias quando tratam de alguém por eles executado no bojo de suas atividades criminais. O uso dessas expressões tem um claro efeito de rebaixamento moral da vítima e enfatiza o pouco valor que deve ser dado a sua vida.

5 Rodrigo Amorim em falas do plenário. Disponível em: [http://www3.alerj.rj.gov.br/lotus\\_notes/default.asp?id=57&url=L3RhcWFsZX-JqLm5zZi81ZDUwZDM5YmQ5NzYzOTFiODMyNTY1MzYwMDZhMjUwMj81NWZmOTNkMGNhMjBkYzUzODMyNTg0NWwMdc2NGI3Zj9PcGVuRG9jdW1lbnQ=](http://www3.alerj.rj.gov.br/lotus_notes/default.asp?id=57&url=L3RhcWFsZX-JqLm5zZi81ZDUwZDM5YmQ5NzYzOTFiODMyNTY1MzYwMDZhMjUwMj81NWZmOTNkMGNhMjBkYzUzODMyNTg0NWwMdc2NGI3Zj9PcGVuRG9jdW1lbnQ=). Acesso em: 11 jun. 2020 às 13h:30.

Na verdade, toda a curta intervenção do deputado Amorim revela o esvaziamento do conteúdo político da abordagem da segurança pública pelo governo e seu distanciamento de qualquer balizamento jurídico. O tratamento discursivo desloca o campo da segurança para uma esfera estritamente moral. A morte do “vagabundo” é o contraponto necessário à “preservação da vida de mais de trinta inocentes”. Esse é um elemento recorrente que pode ser tomado como recurso estruturante da abordagem do tema pelos setores parlamentares de apoio ao governo do estado naquele momento.

Assim como verificamos o deslocamento para a esfera moral do problema da segurança, temos nessa curta intervenção aqui destacada um sinal interessante sobre os receptores efetivos e virtuais a que o discurso do deputado se dirige. A menção a grupos organizados na abertura de seu discurso indica a presença de alguns de seus membros na galeria no momento em que o deputado se manifesta. Eles formam, ali, parte da claqué que com alguma frequência ocupa as galerias da casa legislativa durante seus trabalhos. Os nomes dos grupos – “Soldados de Bolsonaro”, “Politicamente Incorreto” e “Direita Lagos” – atestam não somente uma linhagem a que o deputado se filia, mas ilustram a atmosfera política de um contexto em que grupos de direita e identificados a lideranças e bandeiras reacionárias buscam ocupar espaço e marcar presença. Há, também, o que poderíamos chamar de receptores ausentes. Aqueles a quem o discurso se dirige, mesmo não se encontrando em plenário. A natureza desse tipo de destinatário nos parece muito relevante ao analisar discursos parlamentares. Temos recorrentemente a percepção de que os destinatários de suas falas não se encontram ali, em plenário. Mas a despeito de sua ausência física são eles os destinos primeiros do que se fala e pelo que se briga e ambas as modalidades de intervenção a eles chegará, a despeito de sua ausência.

No caso em questão, assim como em muitos dos discursos proferidos sobre segurança, as corporações policiais são o receptor. Esse é um traço dos discursos sobre segurança pública que atravessa diferentes posicionamentos políticos e ideológicos dentro da casa. Mesmo os deputados críticos às abordagens policiais e às políticas focadas no uso excessivo da força parecem modular suas críticas, enfatizar seu compromisso e seu respeito pelas corporações, enfatizar responsabilidades do poder civil. Nessa curta intervenção do deputado Amorim, o tom é congratulatório, valorizando a Polícia Militar do Rio de Janeiro, seu comandante e o atirador de elite que efetuou o tiro mortal.

Um terceiro elemento a destacar na intervenção selecionada é expressivo das modulações discursivas empregadas pelo deputado Amorim no fechamento de sua intervenção. Ao concluir seu discurso celebrando “a melhor política de segurança da história desse estado”, ele não apenas está reiterando seu apoio ao governo, mas redefinindo a natureza e o significado da ocorrência. O episódio deixa de ser tratado como um evento pontual, passando a ser entendido como uma espécie de versão metonímica da política de segurança. O aceno é claro: este deve ser um procedimento padrão, em que a vida dos inocentes está condicionada ao “cancelamento” dos criminosos e vagabundos.

O discurso de Amorim, a despeito de sua concisão, traz em si a base de apoio, a proclamação de protagonismo e o padrão orientador da política pública no campo da segurança, patenteando, simultaneamente, o alinhamento entre governo, casa legislativa e a sociedade civil que ocupa as galerias do plenário. De um lugar diametralmente oposto do espectro político, ainda no dia 20 de agosto, a deputada Mônica Francisco remete o episódio à política de segurança do estado:

[...] o gasto com Segurança Pública no Estado do Rio de Janeiro com inteligência foi de R\$ 1,5 mil. Isso fala muito para a gente. Nos cem primeiros dias do Governo Witzel foram gastos R\$ 2,3 bilhões em ações de segurança pública, ora midiáticas, ora genocidas.

Veja: R\$ 2,3 bilhões gastos nos cem primeiros dias e R\$ 1,5 mil gastos em inteligência. Ora, esperamos que a chegada do PPA, dia 31 de agosto, traga para nós um plano para a Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro que priorize a inteligência ao invés de contar mortos.

Não contamos mais as operações por dias, agora, se conta por horas: seis em oitenta horas mortos em nome de Deus. Invoca-se o nome de Deus para uma verdadeira carnificina. Usam-se palavras chavão como abate (Francisco, 2019)<sup>6</sup>.

Enquadrado o episódio numa visada mais geral da política de governo à ocasião, a deputada prossegue:

[...] o enterro de um jovem policial militar da pista e o enterro de um jovem de favela – seja do varejo da droga, seja inocente – você não sabe quem é o da favela e quem é o da polícia, porque são jovens negros mortos, descartados para uma política em que quem se serve desses corpos pobres, mal pagos, famintos, porque sei o que estou falando, sei que V. Exa. também sabe, pois, quando coordenava as ações da rede de instituições do Borel, muitas vezes tínhamos soldados da falecida Unidade de Polícia Pacificadora que às escondidas nos falavam das condições de humilhação a que eram submetidos ou submetidas.

E essa mesma política, esse programa que, há mais de 30 anos, no Estado do Rio de Janeiro, veja, em 20 anos de política genocida no Estado do Rio de Janeiro, nós perdemos mais de um milhão de pessoas (Idem)<sup>7</sup>.

Situado o episódio no quadro mais geral da abordagem do governo para o campo da segurança pública, a deputada vai além e dimensiona esta última ao histórico racista e classista que caracteriza as abordagens para o campo: “Os nossos jovens não chegam nem a 26. Tem quatro vezes mais chance de morrer um jovem negro do que um jovem branco, e 11 vezes mais chance de ser executado por arma de fogo” (Idem).

À dicotomia homens de bem/inocentes de um lado, bandido/vagabundo de outro, desenvolvida pelo deputado Amorim, a deputada Mônica Francisco contrapõe os eixos cor e classe como referência para uma abordagem também dicotômica. Há uma diferença notável na passagem do primeiro para o segundo bloco de intervenções. Se a abordagem do deputado Amorim desloca o foco da política de segurança para o plano estritamente moral, a intervenção da deputada Mônica Francisco retoma a natureza fundamentalmente política das escolhas feitas e renovadas, das quais o episódio, a despeito de aparentemente evanescer-se, figura como a repetição e reiteração daquilo que caracteriza a história da dominação no Brasil.

Ao referir-se aos “nossos jovens”, a deputada reforça o lugar de onde enuncia e, adicionalmente, traz para essa esfera os próprios policiais, cujos enterros não diferem em nada daqueles que são vítimas de suas operações. Curioso ponto de convergência entre discursos que tão ostensivamente explicitam divergências em tudo o mais: o confronto entre ambos revela a polícia como objeto de disputa. Os acenos para as corporações policiais ocorrem de diferentes lugares do espectro político, ainda que investidos de significados bastante distintos: heróis, segundo o deputado Amorim, vítimas na abordagem, de acordo com a deputada Mônica Francisco.

6 Mônica Francisco em falas do plenário. Disponível em: [http://www3.alerj.rj.gov.br/lotus\\_notes/default.asp?id=57&url=L3RhcWFsZX-JqLm5zZi81ZDUwZDM5YmQ5NzYzOTFiODMyNTY1MzYwMDZhMjUwMi81ODk0Y2Q2YzllNThiOTViODMyNTg0NWMwMDdjM2ViZj9P-CGVuRG9jdW1lbmQ=](http://www3.alerj.rj.gov.br/lotus_notes/default.asp?id=57&url=L3RhcWFsZX-JqLm5zZi81ZDUwZDM5YmQ5NzYzOTFiODMyNTY1MzYwMDZhMjUwMi81ODk0Y2Q2YzllNThiOTViODMyNTg0NWMwMDdjM2ViZj9P-CGVuRG9jdW1lbmQ=). Acesso em: 11 jun. 2020 às 14h30.

7 Idem.

As intervenções ocorridas em plenário no próprio dia da tragédia foram escassas, se pensarmos na carga dramática envolvida no desenrolar de todo o enredo do sequestro até a morte do sequestrador. Mais escassas ainda são as alusões ao comportamento do governador, objeto de reparo quase solitário pela deputada Renata Souza:

Uma morte não se comemora – isso é uma tragédia. Uma morte lamenta-se. Lamenta-se, porque há famílias chorando. Por isso, Sr. Presidente, nos solidarizamos com todos e com todas, com as pessoas daquele ônibus. Cerca de 37 pessoas passaram por momentos terríveis, de dor, de horror.

Que essas pessoas, Sr. Presidente, possam, sim, ser acolhidas pelo Estado, assim como os familiares do sequestrador do ônibus. Porque não comemoramos morte alguma. Temos responsabilidade e estar em cargo público requer o mínimo de empatia por aqueles que sofrem, que sentem dor (Souza, 2019)<sup>8</sup>.

Mas ocorreram, também, expressões de apoio ao governador, como foi o caso do deputado Marcelo do seu Dino:

[...] Como muito bem disse o Governador, o ideal era que todos saíssem com vida. Infelizmente, eu digo infelizmente porque, como cristão, assim tenho que falar [...]. Hoje, parablenizo o Governador Wilson Witzel, pela sua atitude e pela sua coragem. Diferente, nobres Deputados, de outros governadores e políticos que estiveram à frente do Executivo, de ter o posicionamento de trilhar o bem e não de pensar apenas no que a opinião pública iria falar, de ter a certeza de que a atitude a ser tomada seria a mais correta. Imaginemos, hoje, se 39 pessoas morressem, qual seria o discurso que teríamos? Será que a polícia teria sido incompetente? Não teria tomado a atitude no momento certo? Não. [...] Parablenizo, mais uma vez, o Governador, que, diferentemente dos que defendem os direitos humanos, que só sabem valorizar vagabundos e bandidos, hoje, pediu para que a nossa Secretária, Major Fabiana, cuidasse de todos: da família desse jovem que perdeu a vida; e das 39 famílias que estavam lá. Até mesmo quando um marginal morre, a família vem sendo assistida. É dessa forma que se faz política (Ribeiro, 2019)<sup>9</sup>.

As alusões ao episódio também ocorreram no dia seguinte, embora de modo ainda mais rarefeito, até desaparecerem nas sessões subsequentes. O papel de esfera crítica e fiscalizadora do poder legislativo é aludido uma única vez. As poucas intervenções oscilam entre algumas críticas feitas ao governo e à atitude de seu titular no episódio, contrapostas por elogios ao chefe do Executivo, à sua abordagem para a segurança pública, cujo sucesso é metonimicamente expresso na ocorrência da Ponte Rio-Niterói, e ao trabalho da polícia definido como exitoso. Em comum, repitamos, os acenos às corporações policiais, tomadas como vítimas elas próprias de uma indefensável política marcada pelo signo da morte ou como portadoras de heroísmo e devoção à ordem pública.

O tema volta ao plenário menos de um mês depois. Mais especificamente no dia 10 de setembro, quando é votada a proposta de um conjunto de deputados pela concessão da Medalha Tiradentes ao atirador de

8 Renata Souza em falas do plenário. Disponível em: [http://www3.alerj.rj.gov.br/lotus\\_notes/default.asp?id=57&url=L3RhcWFsZXJqLm5zZi81ZDUwZDM5YmQ5NzYzOTFiODMyNTY1MzYwMDZhMjUwMi9lNWw1MDg3ZGMwYTU2ZDdkODMyNTg0NWwMDdjNmNjYz9PcGVuRG9jdW1lbnQ=](http://www3.alerj.rj.gov.br/lotus_notes/default.asp?id=57&url=L3RhcWFsZXJqLm5zZi81ZDUwZDM5YmQ5NzYzOTFiODMyNTY1MzYwMDZhMjUwMi9lNWw1MDg3ZGMwYTU2ZDdkODMyNTg0NWwMDdjNmNjYz9PcGVuRG9jdW1lbnQ=). Acesso em: 7 jun. 2020 às 14h30.

9 Marcelo “do Seu Dino” Ribeiro. Disponível em: [http://www3.alerj.rj.gov.br/lotus\\_notes/default.asp?id=57&url=L3RhcWFsZXJqLm5zZi81ZDUwZDM5YmQ5NzYzOTFiODMyNTY1MzYwMDZhMjUwMi9lNWw1MDg3ZGMwYTU2ZDdkODMyNTg0NWwMDc0NGQ4ND9PcGVuRG9jdW1lbnQ=](http://www3.alerj.rj.gov.br/lotus_notes/default.asp?id=57&url=L3RhcWFsZXJqLm5zZi81ZDUwZDM5YmQ5NzYzOTFiODMyNTY1MzYwMDZhMjUwMi9lNWw1MDg3ZGMwYTU2ZDdkODMyNTg0NWwMDc0NGQ4ND9PcGVuRG9jdW1lbnQ=). Acesso em: 10 jun. 2020 às 15h30.

elite da Polícia Militar que efetuara o disparo no episódio da Ponte Rio-Niterói. Embora tida como a maior honraria a ser concedida pela casa legislativa estadual, a Medalha Tiradentes é fartamente distribuída pela Alerj e não raro tem policiais e agentes de segurança como agraciados. Trata-se de um aceno dotado de razoável peso simbólico e funciona como um claro sinal de reconhecimento e distinção. As manifestações e declarações de voto são expressivas e agregam alguns componentes acerca dos posicionamentos e mecanismos discursivos mobilizados para a abordagem da segurança pública na Assembleia.

Não há votos contrários à concessão da honraria ao *sniper*. As resistências, brandas, à iniciativa se expressam em abstenções, algumas das quais assumidas juntamente a justificativas de voto. Essa tendência é expressiva de uma espécie de padrão em que mesmo as posturas críticas em relação às políticas de segurança ou às ações policiais são assumidas de forma cautelosa. Elas tendem a enfatizar o quanto o *status quo* vitimiza também as corporações e seus membros e o quanto as ações desviantes ou abusivas são expressivas apenas de setores minoritários das corporações. Ao justificar a abstenção pela bancada do PSOL, o deputado Flavio Serafini faz um longo discurso:

Presidente, por que a bancada do PSOL se absteve? Esse é um debate importante. Primeiramente, porque discordamos da vulgarização que está sendo feita de transformar mortes em palanque eleitoral, seja qual morte for: a morte de um policial, a morte provocada por um episódio dramático, como foi o do sequestro do ônibus. Isso está sendo feito constantemente, de forma vulgar.

O Governador do Estado do Rio de Janeiro chegou ao ponto de descer do helicóptero mexendo os bracinhos, como se estivesse comemorando um gol, pulando, correndo e tentando misturar o resultado daquela operação, uma operação tensa, que envolvia 39 reféns, que obrigou uma série de comandos técnicos a tomar decisões, com uma política de segurança que age nas favelas multiplicando o número de tiroteios e multiplicando o número de vítimas diariamente.

É importante destacar que não existe hoje, no mundo – no mundo –, nenhum país democrático que tenha o número de mortes provocadas pelos agentes de segurança semelhantes ao que tem o Estado do Rio de Janeiro. Nenhum país no mundo e nenhum Estado da federação. É uma política de segurança que mata muito. Mata muito a população; mata muito uma série de pessoas que não têm nada a ver com o tráfico de drogas, com a criminalidade, que simplesmente são pessoas pobres, que moram nas favelas e acabam sendo vítimas de ações que vão se tornando cada vez mais irresponsáveis. Esse é o debate que fazemos na área da Segurança pública.

Sobre esse episódio, em especial, abstinemo-nos por duas razões. A primeira é uso eleitoral vulgar que vem sendo feito desse episódio, desde o seu desfecho, pelo próprio Governador, que desceu do helicóptero dando pulos, estendendo o braço e, depois, misturou o significado daquela operação com o conjunto da sua política de Segurança.

A segunda, como já foi dito aqui pelo Deputado Luiz Paulo, esse uso eleitoral vulgar acaba expondo o próprio policial. Os policiais que não vinham tendo as suas identidades reveladas passaram a ter suas identidades reveladas por essas tentativas de homenagem. Isso é lamentavelmente vulgar!

O episódio em si foi trágico. Tratava-se de uma pessoa doente mental que estava colocando em risco a vida de outras 38 pessoas. Se o tiro que o abateu foi necessário ou não, quem vai dizer é a perícia. Como leigo, olhando aquilo, me pareceu que foi, mas não tenho como avaliar. Quem tem como avaliar é a perícia.

Esse nível de politização de episódios envolvendo mortes, envolvendo a vida de pessoas me parece vulgar e lamentamos. Felizmente, não morreu nenhum dos reféns, felizmente nenhum policial saiu ferido. Mas, obviamente, mesmo naquelas circunstâncias, uma morte não me parece motivo para comemoração e acho que essa homenagem vem muito no sentido do que tem sido um uso eleitoralmente vulgar de uma política de segurança que tem deixado muitas vítimas inocentes no Estado do Rio de Janeiro (Serafini, 2019)<sup>10</sup>.

A retórica cautelosa, que evita confronto aberto com as corporações ao mesmo tempo que critica fortemente a política de enfrentamento do governo Witzel, parece insuficiente para evitar o recurso à polarização. Os setores que dão sustentação ao governo, que, naquele contexto, representam os focos de apoio mais incisivos a políticas de enfrentamento armado e guerra ao crime, lançam mão recorrentemente de uma equação bastante conhecida no Rio de Janeiro. Segundo ela, as críticas à política do governo vêm da parte dos defensores dos direitos humanos que representam os setores inimigos das polícias e que estão associados aos criminosos. Todos esses elementos são enfeixados numa identidade síntese: a esquerda.

É interessante observar como o esforço de modulação discursiva dos críticos às políticas focadas nas operações armadas e no uso excessivo da força parece fracassar frente à resignificação de seu discurso por parte dos defensores da política de Witzel. A passagem da intervenção de Philippe Poubel (PSL), a seguir, é expressiva dessa estratégia:

Chegamos a um momento no nosso país em que os papéis se inverteram: o errado está certo e o certo está errado.

Mesmo com todos os problemas que estivesse atravessando, aquele marginal estava cometendo um crime: sequestrou um ônibus, fez 39 reféns, montou um artefato dentro do veículo para lhe tacar fogo e descumpriu duas vezes o acordo com os negociadores. Ainda assim, os defensores de vagabundos vêm aqui tentar minimizar a homenagem que vamos fazer a um dos atiradores.

Faço uma proposta: peguem marginais do nosso Estado, como o William e outros, e os levem para suas casas, levem-nos para morar com os senhores, deem casa e comida a eles. Aqui desqualificam uma ação perfeita do Bope e dos demais agentes de segurança envolvidos, alegando que ele era um doente mental. Ora, então, todos os dias há doentes mentais tirando a vida da sociedade de bem nas ruas, dos policiais.

Sr. Presidente, é uma vergonha essa inversão de valores! É uma vergonha o que a esquerda defende nesta Casa: desqualificar soldados, policiais que todos os dias estão nas ruas para defender e salvar as vidas de quem eles nem conhecem, colocando as suas próprias vidas em risco, e levantar a bandeira de vagabundos, marginais que aterrorizam o dia a dia da sociedade.

Deixo aqui os parabéns aos colegas parlamentares que votaram a favor da Medalha Tiradentes. Digo mais: são três medalhas! Vão ter que engolir: são três medalhas – às ações orquestradas sob o comando do governo Witzel três atiradores, mais a equipe, para quem vamos aprovar a moção de aplausos. Vão ter que me engolir! Peguem os seus vagabundos e os levem para morar em suas casas! (Poubel, 2019)<sup>11</sup>.

10 Flávio Serafini, disponível em: [http://www3.alerj.rj.gov.br/lotus\\_notes/default.asp?id=57&url=L3RhcWFsZXJqLm5zZi81ZDUwZD-M5YmQ5NzYzOTFiODMyNTY1MzYwMDZhMjUwMi85YzM1Y2IxNGEwOTJmMzliODMyNTg0NWQwMDC3NTJkOD9PcGVuRG9jdW11bnQ=](http://www3.alerj.rj.gov.br/lotus_notes/default.asp?id=57&url=L3RhcWFsZXJqLm5zZi81ZDUwZD-M5YmQ5NzYzOTFiODMyNTY1MzYwMDZhMjUwMi85YzM1Y2IxNGEwOTJmMzliODMyNTg0NWQwMDC3NTJkOD9PcGVuRG9jdW11bnQ=). Acesso em: 7 jun. 2020 às 15h30.

11 Felipe Poubel: <http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/taqalerj.nsf/66fc0a5f95422d0783257fee005df964?OpenForm&ParentUNID=9BD3E0D-BA958DFAD83258471005FE66B>. Acesso em: 10 jun. 2020 às 15h30.

A passagem da intervenção de um dos proponentes da premiação é eloquente. A inversão de valores a que se refere, “o errado está certo, o certo está errado”, reforça a natureza moral da segurança pública, segundo a abordagem de que é um representante eloquente. Tal natureza é base para o salto discursivo pelo qual a crítica à “política do abate”, as interpelações contra a versão tropical da biopolítica de que fala Aganbem (2010), que desumaniza e legitima a execução como forma preferencial de atuação no campo da segurança, a crítica a esse modelo, dizíamos, se torna simultaneamente mecanismo de desqualificação da polícia e solidariedade incondicional com “vagabundos”. Não somente a dicotomia entre vítimas inocentes e vagabundo é reforçada como os lugares dos demais atores são distribuídos: os defensores dos direitos humanos ficam com o segundo, contra a polícia que opera em defesa das primeiras.

É interessante notar que as críticas à política de segurança sob o governo Witzel são formuladas por deputados de diferentes matizes e partidos. O mesmo acontece quanto ao modelo padrão de comportamento das forças policiais sob o comando do então governador do estado. A subsunção desses posicionamentos a um espectro específico do continuum político ideológico, a esquerda, contudo, parece ter uma efetividade e uma eficácia argumentativa nada negligenciável. Tornada adjetiva, a qualificação “esquerda” é ela própria esvaziada de seu conteúdo político, figurando como indicador de uma degradação moral daqueles que conspiram contra a ordem e a cidadania dos homens de bem. Estes últimos estão nas galerias e perfilam com os policiais, vítimas das perfídias daqueles que, segundo tal argumentação, têm nos bandidos e marginais seus eleitores preferenciais.

No âmbito da Alerj, a esquerda tem um partido ou, para sermos mais exatos, traz o nome de um partido que não coincide com aquele que carrega este adágio no plano nacional. Curiosamente, na casa legislativa fluminense, diverso do que ocorre no plano nacional, não é o PT que traz essa marca. O foco dos dispositivos retóricos acionados em defesa da política de guerra é o PSOL. Esse é um ponto que merece desenvolvimento mais amplo e cuidadoso do que aquele que dispomos no espaço do presente trabalho. Merece, certamente, uma exploração à parte, dada a identidade política, retórica e estética que predomina nas fileiras psolistas fluminenses. Também em função de suas relações, quase nunca tranquilas, com a hegemonia que jamais se consagrou por parte do PT local, ao contrário do observado em âmbito nacional. Mencionamos esse ponto apenas para que não pareça ter passado despercebido e para assinalar os mecanismos pelos quais o discurso de suporte ao governo Witzel reforça a lógica do enfrentamento armado e da guerra ao crime.

A demonização da esquerda, bem como a desmoralização do ideário dos direitos humanos a ela associado, é, portanto, um trabalho erigido por uma oratória, circunscrita, incansável, estridente e, ao que tudo indica, ao menos parcialmente bem-sucedida. É importante reconhecer que há pouco de truculência no longo trabalho de urdidura das abordagens que têm predominado no campo da segurança pública historicamente no Rio de Janeiro. A despeito da brutalidade dos métodos prevaletentes, do reforço da exclusão e das práticas classistas e racistas daí resultantes e da disseminação de uma cultura inversa à promoção de sociabilidades mais solidárias e fraternas, é importante admitir o engenho com que a retórica de apoio a tais práticas demoniza, desqualifica e se sobrepõe àqueles que a enfrentam. Se a hegemonia obtida ao longo de décadas não é suficiente para reconhecermos nessa retórica suas “virtudes”, devemos ao menos observar os meios pelos quais tem sido tão eficiente, longa e bem-sucedida no campo simbólico.

Em primeiro lugar, é importante reiterar o deslocamento do debate da esfera política para o campo moral. A segurança pública se institui retoricamente como o lugar em que são confrontados os direitos e as garantias dos homens bons, carentes da proteção do Estado, frente à ignomínia de bandidos, marginais, vagabundos,

que encarnam o lado mau da sociedade contra a qual operam, segundo elemento da equação, os policiais. Estes não figuram somente como profissionais ou servidores do Estado, mas como heróis abnegados que se batem em favor da ordem e da lei. Também eles são abordados com tinturas de conteúdo moral, dado que são retratados pela alegada devoção e desprendimento com que se batem pela ordenação social.

Em segundo lugar, o acompanhamento das intervenções em plenário na Alerj soa como um bom laboratório de observação do processo de abastardamento por que tem passado a noção de direitos humanos ao longo de ao menos três décadas. Isso porque o deslocamento do debate para a esfera moral é sustentado por um dualismo, segundo o qual na equação em pauta só cabem dois lados. Não alinhados à lógica do enfrentamento armado, resta apenas o lado contrário às vítimas potenciais. O que vale dizer: o alinhamento com o crime, com a bandidagem e, conseqüentemente, com a desordem. Esse é o papel da “esquerda”, dos inimigos das polícias e dos defensores dos direitos humanos.

Qualquer analista minimamente atento pode perceber que a abordagem dicotômica no debate parlamentar sobre segurança pública é reducionista e não dá conta das nuances observadas em diferentes intervenções em plenário. Mas é importante destacar que essa é uma modalidade discursiva restrita a um pequeno grupo de parlamentares. Mais importante, tal dicotomia não resiste a uma observação mais geral da diversidade de matizes de abordagens expressas em plenário. São raros os posicionamentos abertamente críticos às polícias e quando ocorrem são, em geral, direcionados para as diretrizes definidas pelo poder executivo e não para as corporações propriamente ditas. No entanto, a lógica nós contra eles, que prevalece nos discursos dos defensores de políticas de guerra e de ações armadas, parece gozar de uma eficácia simbólica invejável.

Do mesmo modo, há tentativas, episódicas e relativamente isoladas, de enquadramentos focados em critérios técnicos para a discussão de casos e dramas como este, tratado aqui. A importância do investimento em recursos técnicos e de formação aparece mesmo em circunstâncias marcadas pela emoção de episódios dramáticos. Trata-se de intervenções que buscam claramente escapar da ideologização do debate, afastar-se dos apelos de ordem normativa e de princípios básicos de orientação das forças do Estado. Mas também elas parecem submergir no apelo dramático ao reconhecimento do caráter heroico dos trabalhos e feitos dos policiais, na abordagem moralizante, já destacada anteriormente. Ainda assim, ela prevalece como uma espécie de discurso padrão que se reproduz pela repetição exaustiva com que é enunciado.

É impossível mensurar o peso que essa tendência tem na adoção das políticas de segurança no estado. Por outro lado, é injustificável negligenciar a relevância que esse suporte legislativo oferece para a persistência de certas tendências e *modus operandi* das instâncias que operam no campo da segurança. Mais ainda, é preciso levar em conta o peso que a reprodução desses padrões discursivos tem nas reiteradas demonstrações de força e de autonomia das polícias, quando iniciativas inovadoras, por mais tímidas que sejam, são tentadas.

## CONCLUSÃO

Com o que foi exposto anteriormente, temos um cenário estimulante para o aprofundamento das investigações e para tentativas de composição de quadros mais amplos de disputas e articulações discursivas sobre o campo da segurança e da violência no âmbito da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro. Por ora, cabe destacar o quanto é artificial a redução do campo a uma disputa dicotômica

entre dois campos, defensores dos direitos humanos/defensores do uso da força. As intervenções são mais matizadas do que essa redução esquemática e, mais importante, ela é uma construção mobilizada exclusivamente por um segmento, que, ao demonizar quaisquer posturas distintas, advoga o uso da violência e a lógica da guerra como recurso de abordagem para o setor.

A encampação de tal lógica desloca as disputas do campo político para uma ordem moral em que, cumulativamente, identificamos por um lado as ideias do bem, do bom cidadão, do trabalhador, contrapostos aos seus opostos. Dupla curiosidade: apenas o segundo grupo dispõe de um nome síntese. Trata-se da esquerda, nome dado àquilo que ameaça as virtudes públicas e as próprias instituições. Ela, segundo tal retórica, não somente defende “o mal”, mas é inimiga e desmoraliza os policiais.

Esse último aspecto da retórica aqui destacada ganha maior relevo quando constatamos, pelo discurso de parlamentares vinculados a partidos demonizados pela marca de esquerdistas, um cuidado acentuado em valorizar os policiais, destacar a importância de suas atribuições e situá-los como vítimas equivalentes àquelas que são objeto de intervenção letal por parte do Estado. É curioso e intrigante perceber que, rigorosamente, os alegados ataques às instituições policiais praticamente não existem no âmbito parlamentar, independentemente dos vínculos políticos e ideológicos de quem toma a palavra.

A questão que se impõe, portanto, é: como uma modulação discursiva encampada por um segmento relativamente reduzido do parlamento é capaz de obter tamanha força expressiva? Como, a despeito das evidências, os matizes implicados nas abordagens parlamentares para os temas da violência e da segurança pública são sufocados pelo dualismo encampado por um segmento parlamentar, contaminando os debates mais amplos e a própria esfera pública, atingindo mesmo posicionamentos mais informados sobre as temáticas? Finalmente, cabe o desafio de se inquirir a quais segmentos as diferentes enunciações são endereçadas para além do espaço do plenário.

As questões lançadas no parágrafo anterior sintetizam os primeiros desafios sugeridos pelo exercício levado a termo. Certamente, antes de que se chegue a respostas satisfatórias para eles, certamente outros desafios devem surgir do tipo de investigação aqui ensaiada.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGAMBEN, Giorgio. **Homo sacer**. O poder soberano e a vida nua. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

ARRETCHE, Martha. Quando instituições federativas fortalecem o governo central?. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, v. 95, p. 39-57, 2013.

ALERJ, site institucional, 2025. Informações sobre o processo legislativo e acervo de transcrições de sessões parlamentares e discursos. Disponível em: <https://www.alerj.rj.gov.br/>. Acesso em 06 de mar. 2024.

BAND NEWS, emissora Band. Caso Ponte Rio-Niterói. Disponível na página verificada do Youtube da emissora em: <https://www.youtube.com/watch?v=OepJQPTk1fk> . Acesso em: 11 jun. 2020.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso político**. Trad.: Dilson Ferreira da Cruz e Fabiana Komeau. São Paulo: Contexto, 2018.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL – DE 5 DE OUTUBRO DE 1988. São Paulo, Ed. Atlas, 2023.

COURTINE, Jean-Jaques. **Metamorfoses do discurso político**. Derivas da fala pública. Trad. Carlos Piovenazi Filho; Nilton Milanez. São Carlos, 2006.

DEL RIO, Andrés; RODRIGUES, André. BOLSONARO: Angra dos Reis não é Cancún, é Tijuana. *In*: DEL RIO, Andrés; RODRIGUES, André. **O pior de nós**: reflexões sobre militares, direitas e pandemia nos dois primeiros anos do bolsonarismo no poder. Curitiba, CRV, 2021, p. 73-76.

EXAME, Grupo Abril. Caso Ponte Rio-Niterói. Disponível em: <https://exame.com/brasil/homem-armado-faz-refens-em-onibus-na-ponte-rio-niteroi/>. Acesso em 12 jun. 2020.

FAIRCLOUGH, Isabela; FAIRCLOUGH, Norman. **Political discourse analysis**: a method for advanced studies. London/New York: Routledge, 2012.

FIORIN, José Luiz. Tendências da análise do discurso. **Cadernos de Estudos de Linguística**, Campinas, v. 19, p. 173-179, jul./dez. 1990.

GRUPO RECORD. Disponível em: <https://noticias.r7.com/importadas/eleicoes-2018-quem-e-wilson-witzel-o-juiz-que-venceu-a-eleicao-de-governador-do-rio-com-discurso-radical-29102018> . Acesso em: 7 jun. 2020. Consulte também: BBC News Brasil, Grupo BBC, disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-46013245>; <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45781425> . Acesso em: 7 jun. 2020.

HALL, Stuart. **Cultura e representação**. Rio de Janeiro: Ed. PUC/Apicuri, 2016.

LIJPHART, Arend; ROGOWSKI, Ronald; WEAVER, Kent. Separation of powers and the management of political cleavages. *In*: WEAVER, Kent; ROCKMAN, Bert ( Eds.). **Do institutions matter**. Government capabilities in United States and abroad. Washington DC: Brooking Institution, 302-344, 1993.

LIMONGI, Fernando. Estudos legislativos. *In*: MARTINS, Carlos Benedito; LESSA, Renato. **Horizontes das Ciências Sociais no Brasil**. Ciência Política. São Paulo: Anpocs/Ciência Hoje/Discurso Editorial/Barcarolla, p. 163-189, 2010.

MAIGUENEAU, Dominique. **Discurso e análise do discurso**. Trad.: Sírio Possenti. São Paulo: Parábola Editorial, 2017.

ORLANDI, Eni P. **Análise de discurso**. Princípios e procedimentos. Campinas, Ed. Pontes, 2001.

R7, Grupo Record. Falas de Witzel sobre segurança pública. Disponível em: <https://noticias.r7.com/rio-de-janeiro/wilson-witzel-defende-tiro-na-cabeca-de-criminosos-com-fuzil-01112018> . Acesso em: 11 jun. 2020.

PÊCHEUX, Michel. **Análise de discurso**. Ed. Eni Puccinelli Orlandi. Campinas, Ed. Pontes, 2014.

RODRIGUES, André; MARINHO, Leandro. Violência policial como plataforma ideológica no Rio de Janeiro. *In*: FOGO CRUZADO, Relatório anual. Região Metropolitana do Rio de Janeiro: Fogo Cruzado, 2022. P. 5-17.

SANTOS, Fabiano. **O poder legislativo nos estados**: diversidade e convergência. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001.

SCHUGART, Matthew; CAREY, John. **Presidents and assemblies**: constitutional design and electoral dynamics. New York: Cambridge University Press, 1992.

SOARES, Luiz Eduardo. **Desmilitarizar**. Rio de Janeiro, Boitempo, 2019.

SOARES, Luiz Eduardo. **Legalidade Libertária**. Rio de Janeiro, Lumen-Juris, 2006.

TAYLOR, Stephanie. Evaluating and applying Discourse Analytic research. *In*: WETHERELL, Margaret; TAYLOR, Stephanie; YATES, Simeon. (Eds.). **Discourse as Data: a guide for analysis**. London: Sage Publications, 2001, p. 311-330.

TOMIO, Fabrício Ricardo de Lima; RICCI, Paolo. O governo estadual na experiência política brasileira: os desempenhos legislativos das assembleias estaduais. **Revista Sociologia Política**, Curitiba, v. 21, n. 41, p. 193-217, fev. 2012.

VAN DIJK, Teun. **Discurso e poder**. Trad.: Judith Hoffnagel e Karina Falcone. São Paulo: Contexto, 2018.

VAN DIJK, Teun. **Society and discourse: how social contexts influence text and talk**. New York/Cambridge/Melbourne/Madrid/Cape Town/Singapore/São Paulo: Cambridge University Press, 2009.

VAN DIJK, Teun. **Discourse and context: a sociocognitive approach**. New York/Cambridge/Melbourne/Madrid/Cape Town/Singapore/São Paulo: Cambridge University Press, 2008.

VAN DIJK, Teun. Political discourse and political cognition. *In*: CHILTON, Paul; SCHÄFFNER, Christina (Eds.). **Politics as text and talk: analytic approaches to political discourse**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2002, p. 203-237.

VAN DIJK, Teun. **Text and context: explorations in the semantics and pragmatics of discourse**. London: Longman, 1977.

VEJA, Grupo Abril. Falas de Witzel sobre segurança pública. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/wilson-witzel-a-policia-vai-mirar-na-cabecinha-e-fogo/>. Acesso em: 11 jun. 2020.

WODACK, Ruth. Politics as usual: investigating political discourse in action. *In*: GEE, James Paul; RANDFORD, Michael. **The Routledge handbook of discourse analysis**. London/New York: Routledge, 2012, p. 525-540.

WOOD, Linda; KROEGER, Rolf. **Doing discourse analysis: methods for studying action in talk and text**. London: Sage Publications, 2000.